

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.609 - MG (2019/0266268-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : J R P DO N (PRESO)
ADVOGADO : WELLINGTON CARLOS FERNANDES SILVA E OUTRO(S) -
MG190619
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por J R P DO N contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no julgamento do HC n. 1.0000.19.090877-2/000.

Extrai-se dos autos que o recorrente teve a prisão temporária decretada em 29/08/2018, renovada em 25/09/2018 e posteriormente decretada a sua prisão preventiva, em 06/12/2018, efetivada no dia 23/12/2018, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35, c/c artigo 40, IV e VI, todos da Lei n. 11.343/06 e no artigo 2º, §§ 2º e 4º, I, da Lei n. 12.850/13 (tráfico de entorpecentes, associação para o narcotráfico e organização criminosa), na forma do artigo 69 do Código Penal - CP.

Sob a alegação de excesso de prazo para o recebimento da denúncia, a defesa impetrou prévio *writ* perante a Corte estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado, *in verbis* (fl. 183):

"HABEAS CORPUS". TRÁFICO MAJORADO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO MAJORADA PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. RELAXAMENTO. EXCESSO DE PRAZO. INADMISSIBILIDADE. EXTRAPOLAÇÃO DO PRAZO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. O prazo legal para a conclusão de processo de réu preso não pode ser resultado exclusivo da simples somatória dos lapsos para a realização de todos os atos previstos na Lei, devendo se adequar às particularidades da causa.

2. Eventual excesso de prazo no encerramento do procedimento criminal deve ser examinado levando-se em conta a complexidade do feito, o comportamento dos litigantes e seus procuradores e, sobretudo, do Órgão jurisdicional, que, "in casu", vem

Superior Tribunal de Justiça

adotando todas as providências necessárias para o regular andamento dos atos procedimentais.

3. Atento ao princípio da razoabilidade, o excesso de prazo só deve ser reconhecido quando a demora for injustificada, o que não se vislumbra na hipótese dos autos.

4. Ordem denegada.

Nesta via, alega a existência de excesso de prazo para a formação da culpa, pois o acusado estaria custodiado desde 27/12/2018, há mais de 280 (duzentos e oitenta) dias, sem que a denúncia fosse recebida e nem agendada audiência de instrução e julgamento.

Requer, desse modo, em sede liminar e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura em favor do recorrente.

Indeferida a liminar (fls. 205/206) e informações prestadas (fls. 212/320), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do reclamo (fls. 322/323).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se no presente recurso o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva imposta ao recorrente.

Com relação à alegação de excesso de prazo na formação da culpa, do andamento processual obtido na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que a Ação Penal n. 0160385-41.2018.8.13.0231 teve trâmite regular, não havendo falar em inércia do Poder Judiciário. Verificou-se, ainda, que os autos encontram-se em fase de alegações finais, a atrair ao caso a incidência da Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PROCESSO NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Encontrando-se o processo na fase de alegações finais fica prejudicado o pedido de liberdade provisória fundamentado na alegação de excesso de prazo da prisão preventiva. Incidência do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 318.701/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 26/10/2015).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator